

TEXTO PARA RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DE 01 A 05

A NAMORADA

Havia um muro alto entre nossas casas.
Difícil de mandar recado para ela.
Não havia *e-mail*.
O pai era uma onça.
A gente amarrava o bilhete numa pedra presa por um cordão
E pinchava a pedra no quintal da casa dela.
Se a namorada respondesse pela mesma pedra
Era uma glória!
Mas por vezes o bilhete enganchava nos galhos da goiabeira
E então era agonia.
No tempo do onça era assim.

(Manoel de Barros)

1. Indique a alternativa que apresenta a ideia principal do poema de Manoel de Barros, *A namorada*:
(A) Relacionamento amoroso na juventude.
(B) Formas antigas e atuais de trocar correspondências.
(C) O meio de comunicação utilizado por jovem casal.
(D) O fato de não existir *e-mail* para facilitar o contato entre o casal.

2. Analise abaixo os versos do poema *A namorada*:

[...]

O pai era uma onça.

[...]

No tempo do onça era assim.

É possível afirmar que o termo onça significa:

(A) No primeiro verso: o pai da jovem criava uma onça. No segundo verso: o eu-lírico vivia no tempo em que se criava onça.
(B) No primeiro verso: o pai da jovem era muito bravo. No segundo verso: o pai da jovem aprendeu isso com as onças.
(C) No primeiro verso: o pai da jovem tinha o apelido de onça. No segundo verso: o eu-lírico utiliza o termo para referir-se a um tempo passado.
(D) No primeiro verso: o pai da jovem era muito bravo. No segundo verso: o eu-lírico utiliza o termo para referir-se a um tempo passado.

3. Indique a alternativa que retrata quando a correspondência entre o casal era bem sucedida, de acordo com o poema de Manoel de Barros:

(A) Quando o eu-lírico pinchava uma pedra no quintal da casa dela.
(B) Quando a namorada respondia pela mesma pedra.
(C) Quando o bilhete não enganchava nos galhos da goiabeira.
(D) Quando o pai não interceptava o bilhete antes que a namorada lesse.

4. No poema o eu-lírico diz que o *e-mail* ainda não existia naquele tempo. Considerando todas as circunstâncias que dificultavam a comunicação entre o casal, é possível afirmar que o *e-mail*:

(A) Seria uma forma rápida de comunicação, mas não traria privacidade aos diálogos, pois outras pessoas poderiam ler conteúdo das mensagens.
(B) Seria um meio mais eficaz e confidencial de comunicação, pois o risco do pai da jovem ler conteúdo das mensagens seria menor.
(C) Seria um meio de comunicação mais eficaz e renderia muito mais emoções ao casal do que aquelas retratadas no poema em razão da troca de bilhetes sobre muro.
(D) Seria uma maneira de preservar a natureza, economizando papel e evitando também a extinção das onças.

5. Indique a alternativa em que aparecem dígrafos em todas as palavras:

(A) chefe / ninho / assado / quilo
(B) afta / prato / carro / milho
(C) trato / prato / frade / brasa
(D) ilha / prato / quilo / chefe

6. Indique, entre as orações abaixo, qual delas é uma oração subordinada adverbial concessiva:

(A) Venha agora ou perderá a vez de jogar.
(B) Quero muito que você venha ao jantar, ainda que chegue tarde.
(C) Marcelo prometeu chegar no horário combinado, porém chegou duas horas depois.
(D) Viajaremos se não chover amanhã.

7. Indique qual das alternativas preenche corretamente as lacunas das orações abaixo:

I – Água mineral é _____.
II – Segue em _____ as fotografias.
III – Bebida alcoólica é _____ para menores.
IV – A entrada de estranhos é _____.
(A) boa / anexas / proibida / proibido
(B) bom / anexos / proibido / proibido
(C) bom / anexo / proibido / proibida
(D) boa / anexo / proibida / proibida

8. Indique, dentre as orações abaixo, aquela em que os termos em destaque classificam-se a um *objeto direto*.

(A) Lídia emprestou o livro de literatura a João.
(B) Catarina confia em seu namorado.
(C) Os passageiros chegaram ao aeroporto de São Paulo.
(D) Os meninos do interior chegaram cedo.

9. Examinando as palavras abaixo é possível afirmar que:

analisar – exceção – desprezo – expectativa
(A) Todas estão grafadas corretamente.
(B) Nenhuma delas está grafada corretamente.
(C) Apenas duas delas estão incorretas.
(D) Apenas uma delas está correta.

10. Quanto à conjugação verbal, marque a alternativa que preenche corretamente os espaços da frase a seguir:

“Ele _____ uma catástrofe natural, por isso _____ a casa de mantimentos não perecíveis”.

- (A) preveu - proveu
- (B) prevera – provirá
- (C) previra – proviera
- (D) previu – proveu

Conhecimentos Gerais e atualidades – questões de 11 a 20.

Leia o texto e responda a questão 11.

Hoje um dos grandes problemas do Brasil é o **equilíbrio das contas públicas**, ou seja, a diferença entre as receitas e as despesas do governo federal. São essas contas nacionais que oferecem indicadores da “saúde” da economia de modo geral.

E como esse equilíbrio é alcançado? O Estado arrecada dinheiro por meio da cobrança de impostos que incidem sobre a renda, a propriedade, serviços e produtos. Existe ainda a receita de dividendos oriundos de empresas públicas ou de alugueis do patrimônio público. Já as despesas incluem gastos com obras, previdência, educação, saúde, funcionários, pagamento da dívida pública, entre outros.

Quando o governo arrecada mais do que gasta, significa que houve superávit primário. Quando as despesas superam as receitas, ou seja, o governo gasta mais do que arrecada, temos um déficit primário.

Números recentes das contas públicas do Brasil mostram um país à beira de uma crise fiscal. Segundo dados do Tesouro Nacional, o ritmo de crescimento dos gastos do Estado é seis vezes maior que o das receitas.

Entre janeiro e novembro de 2014, o governo federal gastou R\$ 933,1 bilhões. No mesmo período do ano anterior, o valor foi de R\$ 827,7 bilhões. Ou seja, as despesas cresceram 12,72%, enquanto as receitas avançaram apenas 2,8% no mesmo período, passando de R\$ 890,3 bilhões (2013) para R\$ 914,7 bilhões.

A diferença entre as contas (receitas menos despesas, excluindo o pagamento da dívida pública) foi de R\$ 18,3 bilhões, o pior resultado

de janeiro a novembro desde 2001 (início da série histórica desse indicador).

Para especialistas esse resultado se deve ao aumento dos gastos do governo nas eleições, às concessões com desonerações de tributos e ao baixo crescimento da economia que derrubou a arrecadação.

Fonte: <http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/economia-aumento-da-divida-publica-e-baixo-crescimento-sao-entraves-para-2015.htm>

11. Quando falta dinheiro em caixa, o governo pode se endividar e recorrer a empréstimos junto a investidores para honrar compromissos. Em troca, compromete-se a devolver o dinheiro com alguma correção monetária. Para isso, ele costuma emitir:

- (A) Títulos públicos que são vendidos no mercado financeiro
- (B) Títulos privados que são vendidos no mercado internacional financeiro
- (C) Altos impostos
- (D) Maior rigor fiscal

12. Em 1980, através de um plebiscito que foi homologado pelo Diário oficial do Estado de Goiás incorporou-se à configuração geográfica de Padre Bernardo um distrito, que anteriormente pertencia à Niquelândia. O distrito anexado à referida época foi:

- (A) Distrito de Mimoso.
- (B) Distrito de Barro Alto do vão dos Angicos.
- (C) Distrito de Luziânia
- (D) Distrito Federal

13. Durante o período colonial brasileiro, a função do Ouvidor-mor possuía por finalidade:

- (A) Cuidar da justiça.
- (B) Governar a capitania.
- (C) Arrecadar impostos.
- (D) Comandar do exército.

14. O primeiro sistema de gestão do território brasileiro, para fins de colonização, criado em 1534. Nele, as terras eram passadas de pais para filho.

- (A) Capitânicas hereditárias.
- (B) Feudos.
- (C) Império.
- (D) Censitário.

15. Entre 1708 e 1709 o estado de Minas Gerais foi palco de um conflito marcado pela disputa pelo Ouro. Tal guerra se baseou no conflito entre bandeirantes paulistas e forasteiros que buscavam a riqueza oriunda dos metais preciosos. Tal conflito ficou conhecido como:

- (A) Guerra das Emboabas.
- (B) Inconfidência Mineira.
- (C) Levante de Vila Rica.
- (D) Guerra Mata Maroto.

16. Entre os destaques do bando de Lampião estava Cristiano Gomes da Silva Cleto. Este alagoano, entre tantas histórias nas lutas, sequestrou Sérgia Ribeiro da Silva, quando ela possuía apenas 13 anos de idade. A relação entre os dois, que foi inicialmente violenta, tomou contornos de empatia e, mais tarde, se transformou em um dos mais conhecidos relacionamentos amorosos da história brasileira. A convivência do casal durou muitos anos, tiveram sete filhos e ambos lutaram juntos no bando de Lampião. A convivência entre o casal só teve fim em 1940, com o assassinato de Cristiano.

O casal em destaque no texto ficou historicamente conhecido como:

- (A) Mariano e Maria Bonita.
- (B) Moita Brava e Maria Bonita.
- (C) João e Maria.
- (D) Corisco e Dadá.

17. Qual o movimento, encabeçado por Lampião, lutou Cristiano e Sérgia?

- (A) Baião.
- (B) Cangaco.
- (C) Embaladeira.
- (D) Trincheira.

18. Movimento ocorrido em 1835, que tinha como um dos principais objetivos acabar com o catolicismo:

- (A) Revolta dos Malês.
- (B) Conjuração dos Alfaiates.
- (C) Guerra de Canudos.
- (D) Guerra de Independência da Bahia.

19. Aponte corretamente para o nome do tratado assinado entre Brasil e Bolívia que pôs fim ao conflito territorial e resultou na anexação do território do Acre ao Brasil:

- (A) Tratado de Rio Branco.
- (B) Tratado de Tordesilhas.
- (C) Tratado de Santa Rosa.
- (D) Tradado de Petrópolis.

20. Capital do Estado do Amapá:

- (A) Roraima.
- (B) Rio Branco.
- (C) Belém.
- (D) Macapá.

Conhecimentos Específicos da função – questões de 21 a 40.

21. Para que seja aceita uma iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, a Constituição Federal de 1988 determina que:

- (A) Haja manifestação de, pelo menos, três por cento do eleitorado.
- (B) Haja manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.

(C) Haja manifestação de, pelo menos, três por cento dos residentes do município.

(D) Haja manifestação de, pelo menos, cinco por cento dos residentes do município.

22. Constitui hipótese constitucional de intervenção do Estado em municípios:

- (A) Deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida mobiliária.
- (B) Não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde e segurança.
- (C) Não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
- (D) Pôr termo a grave comprometimento da ordem públicas.

23. O município Y possui 150.000 (cento e cinquenta mil) habitantes. O município X possui 320.000 (trezentos e vinte mil) habitantes. O município Z possui 550.000 (quinhentos e cinquenta mil) habitantes. Nos termos da Constituição Federal de 1988, o total da despesa do Poder Legislativo Municipal dos municípios Y, X e Z, respectivamente, será:

- (A) 6%, 5% e 4,5%.
- (B) 4,5%, 5% e 6%;
- (C) 5%, 6% e 4,5%;
- (D) 5%, 5% e 5%;

24. O município X resolveu realizar consorcio público com município Y com o objetivo de implementar a gestão associada de determinado de serviço público. Não é cláusula necessária do protocolo de intenções do consorcio público nos termos da Lei 11.107/2005:

- (A) As condições para que o consórcio público celebre contrato de gestão ou termo de parceria.
- (B) A forma de eleição e a duração do mandato do representante legal do consórcio público que, obrigatoriamente, deverá ser Chefe do Poder Executivo de ente da Federação consorciado.
- (C) A previsão de que o consórcio público é associação pública ou pessoa jurídica de direito privado com fins econômicos.
- (D) A indicação da área de atuação do consórcio.

25. O partido político XX com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, impetrou mandato de segurança coletivo. Sobre o mandato de segurança coletivo, marque a alternativa correta de acordo com a Lei nº 12.016/2009:

- (A) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- (B) Mesmo em caso de urgência, não é permitido impetrar mandado de segurança por telegrama,

radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.

(C) Pode ser concedido mandado de segurança na hipótese de decisão judicial transitada em julgado.

(D) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.

26. A União resolve implementar uma parceria público-privada na modalidade patrocinada, ou seja, envolverá adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária da União ao parceiro privado. Marque a alternativa incorreta nos termos da Lei nº 11.079/2004:

(A) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

(B) Os contratos de parcerias público-privada poderá prever adicionalmente a possibilidade de emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da Administração Pública.

(C) A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita somente por outorga de direitos em face da Administração Pública.

(D) O contrato poderá prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato.

27. Município X criou uma autarquia especializada para tratar da previdência social dos servidores estatutários do município X. O município Y criou uma sociedade de economia mista para cuidar do sistema de água e esgoto do município Y. O município Z criou na secretaria de educação um setor específico para tratar do elevado número de alunos repetentes nas primeiras séries do ensino fundamental do município Z. Em relação ao direito administrativo, as hipóteses citadas constituem respectivamente:

(A) Descentralização administrativa, desconcentração administrativa e desconcentração administrativa.

(B) Descentralização administrativa, descentralização administrativa e desconcentração administrativa.

(C) Descentralização administrativa, descentralização administrativa e descentralização administrativa.

(D) Desconcentração administrativa, desconcentração administrativa e desconcentração administrativa.

28. Sobre a improbidade administrativa, marque a alternativa incorreta:

(A) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

(B) Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar

declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

(C) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

(D) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos se efetivam ainda que não tenha ocorrido o trânsito em julgado da sentença condenatória.

29. Sobre licitações e contratos administrativos, pode-se afirmar que:

(A) A existência de preços registrados obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

(B) Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 10% (dez por cento) da avaliação.

(C) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

(D) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

30. Marque a alternativa correta sobre o processo orçamentário nos termos da Constituição Federal de 1988:

(A) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de educação.

(B) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

(C) O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, no Congresso Nacional, da parte cuja alteração é proposta.

(D) As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

31. Sobre a contabilidade pública, marque a alternativa que não segue os preceitos da Lei nº 4.320/1964:

(A) A contabilidade somente evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária.

(B) O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

(C) A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

(D) A escrituração sintética das operações financeiras e patrimoniais efetuar-se-á pelo método das partidas dobradas.

32. Consoante a Constituição Federal de 1988 e a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), pode-se afirmar que:

(A) As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, sem qualquer exceção.

(B) Lei ordinária disporá sobre operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(C) Será incluída na dívida pública consolidada da União a relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional.

(D) Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

33. Sobre as leis orçamentárias, a Constituição Federal de 1988 prevê que:

(A) A lei de diretrizes orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

(B) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

(C) O projeto de diretrizes orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

(D) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos especiais e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

34. Marque a alternativa incorreta de acordo com a Lei n^o 11.101/2005 (Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.)

(A) O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 90

(noventa) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convalidação em falência.

(B) A lei n^o 11.101/2005 não se aplica a empresa pública e sociedade de economia mista.

(C) Não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência as obrigações a título gratuito.

(D) O administrador judicial será profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.

35. Sobre o sistema constitucional tributário, marque a alternativa incorreta:

(A) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

(B) A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

(C) Pertencem aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

(D) Pertencem aos municípios 30 % (trinta) por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

36. Sobre os contratos no Código Civil, pode-se afirmar que:

(A) A aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, não importará nova proposta.

(B) A cláusula tácita opera de pleno direito; a resolutiva expressa depende de interpelação judicial.

(C) A resolução poderá ser evitada, oferecendo-se o réu a modificar equitativamente as condições do contrato.

(D) A compra e venda, quando pura, considerar-se-á obrigatória e perfeita, mesmo que as partes não acordarem no objeto e no preço.

37. Em relação à publicidade, a proteção contratual, as práticas abusivas e o sistema nacional de defesa do consumidor, o Código de Defesa do Consumidor afirma que:

(A) Salvo estipulação em contrário, o valor orçado terá validade pelo prazo de quinze dias, contado de seu recebimento pelo consumidor.

(B) O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, não precisa manter, em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.

(C) A garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito.

(D) Integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), os órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, excluindo-se entidades privadas de defesa do consumidor.

- (A) I-a; II-d; III-c; IV-b
- (B) I-d; II-a; III-b; IV-c
- (C) I-c; II-d; III-a; IV-b
- (D) I-d; II-c; III-a; IV-b

38. Sobre as súmulas vinculantes, está correto o que se afirma:

(A) O Supremo Tribunal Federal poderá, somente de ofício, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, editar enunciado de súmula vinculante.

(B) A edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula com efeito vinculante dependerão de decisão tomada por maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária.

(C) O Município poderá propor, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o que não autoriza a suspensão do processo.

(D) A proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante autoriza a suspensão dos processos em que se discuta a mesma questão.

39. Sobre partes e procuradores, o Código de Processo Civil estabelece que:

(A) Serão representados em juízo, ativa e passivamente, o Município, por seu Prefeito, procurador ou secretário municipal.

(B) O gerente da filial ou agência presume-se autorizado, pela pessoa jurídica estrangeira, a receber citação inicial para o processo de conhecimento, de execução, cautelar e especial.

(C) Quando as expressões injuriosas forem proferidas em defesa oral, o juiz não poderá advertir o advogado que não as use, sob pena de ofensa ao contraditório.

(D) Quando forem dois ou mais os litigantes de má-fé, o juiz condenará cada um em 50% (cinquenta por cento) do valor da causa, ou solidariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.

40. A Lei nº 4.320/64 faz a classificação das receitas públicas. Com base nesta lei, faça a correlação do tipo de receita, descrito na coluna de cima, com os exemplos respectivos de cada receita, contidos na coluna abaixo, e assinale a alternativa correspondente:

A sequência correta está contida em:

- I () Receita Tributária
- II () Receita Patrimonial
- III () Receita de Capital
- IV () Receitas Diversas

- a) Impostos e Taxas
- b) Cobrança da Dívida Ativa
- c) Transferências de Capital
- d) Participações e Dividendos